

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: A importância do armazenador de gás	2
Título: Estatais federais devem ser vendidas, diz secretário	3
Título: BR avalia criar empresa para entrar em etanol	4
Título: Petrobrás vai priorizar investimentos na Região Sudeste	6
Título: CPI paraguaia mira possível privilégio a empresa brasileira sobre Itaipu	7
Título: Brasil nega que ata sobre usina tivesse irregularidades	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Eletrobras põe à venda 39 participações societárias.....	9
Título: Petrobras vende campos no RN por US\$ 191,1 milhões	10
Título: Presidente paraguaio é convocado a depor sobre acordo de Itaipu	11
Título: Governo quer ‘desmamar’ motorista da tabela de frete, afirma ministro.....	11
VEÍCULO: O Globo.....	12
Título: Governo planeja trabalho indígena em áreas de garimpo	12
Título: Com guerra comercial, dólar sobe 0,33%, a R\$ 3,939	14
Título: Meta é arrecadar R\$ 490 bi com venda de estatais	15
Título: Paraguai aceitou demandas do Brasil em Itaipu	16

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 10/08/2019****Seção: Opinião****Autor: Adriano Pires****Título: A importância do armazenador de gás**

O desenvolvimento do pré-sal vai provocar um choque de oferta de gás natural no Brasil nos próximos seis anos. Esse aumento da oferta tem de vir acompanhado do crescimento do mercado de gás e isso traz inúmeros desafios. Um deles é equacionar a o balanceamento entre demanda e oferta numa escala nunca vista no País e com a presença de vários players privados ao longo de toda a cadeia. Neste momento, com o governo lançando as bases do programa Novo Mercado de Gás e com a assinatura de um Termo de Compromisso de Cessão (TCC) entre o Cade e a Petrobrás com o objetivo de acabar com o monopólio da estatal, é preciso eliminar o monopólio da empresa como supridora de última instância. A forma adequada é a estatal vender campos depletados e, com isso, possibilitar o surgimento da figura do armazenador de gás.

As instalações de armazenagem de gás natural subterrâneas em campos depletados são uma parte integral da infraestrutura da indústria de gás e são usadas para balancear inicialmente os crescimentos defasados entre produção e mercado e, posteriormente, a sazonalidade da demanda, assegurando o suprimento em caso de choques na oferta. No mundo, o uso dos reservatórios de campos depletados para armazenagem é a maneira mais eficaz e barata de guardar grandes quantidades de gás natural no longo prazo, seguido do uso de aquíferos e cavernas de sal. Aquíferos e cavernas de sal adequados ainda não foram encontrados no Brasil. No final de 2017, 45 projetos de armazenagem de gás estavam em construção no mundo, com capacidade total aproximada de 35 milhões de m³ – equivalente a três vezes a capacidade estimada de um único projeto para armazenagem num campo na Bacia de Santos, um bom exemplo por integrar-se naturalmente ao suprimento da Região Sudeste, centro da demanda no Brasil.

Os EUA são de longe o país mais importante em termos de capacidade de armazenagem de gás instalada, com 140 bilhões de m³, de um total global de cerca de 450 bilhões. Trata-se de um país continental e com um mercado de gás expandido e capilarizado, o que explica por que, das quase 700 instalações de armazenagem subterrâneas existentes no mundo, cerca de 400 estejam nos EUA (80% em campos depletados, 10% em aquíferos e 10% em cavernas de sal). Os EUA chegaram a um ponto em que são capazes de restaurar rapidamente o

estoque de armazenamento de volta aos níveis normais, mesmo depois de um choque de demanda causado por um inverno mais rigoroso. Em média, cerca de 70 bilhões de m³ de gás são produzidos e armazenados a cada ciclo anual nos EUA, com a armazenagem utilizada alcançando cerca de 105 bilhões de m³ no meio do outono, em outubro, e caindo para cerca de 35 milhões de m³ passado o inverno, em abril.

A Rússia vem logo atrás, com mais de 70 bilhões de m³ de capacidade de armazenagem de gás, seguida por Ucrânia, Canadá e Alemanha, com 32, 27 e 24 bilhões de m³, respectivamente. A China está expandindo sua capacidade de armazenagem com o uso de reservatórios depletados dentro de sua estratégia de substituição de carvão por gás. Estes países utilizam campos depletados terrestres – exceto a Alemanha, que usa cavernas de sal por não ser um país produtor de gás, e sim um grande importador. Um país com experiência no uso de campos offshore depletados é o Reino Unido, onde instalações do tipo já operam e novos projetos estão em construção. No Brasil, para que consolidemos o novo mercado de gás natural de forma estruturada, é essencial a existência do armazenador de gás.

Esse agente econômico, sob regulação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), poderá construir e operar reservatórios em campos depletados e prestar serviços por meio de contratos, contribuindo para estabelecer a segurança ao balancear a sazonalidade da demanda. Estes são projetos de infraestrutura altamente intensivos em capital, com custos estimados, nos EUA, de US\$ 200 milhões a US\$ 400 milhões por bilhão de m³ de armazenagem, e a entrada em operação é de cinco anos. Armazenar vento ainda não é viável, mas gás natural é possível e necessário.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/08/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Estatais federais devem ser vendidas, diz secretário

Mesmo com resultados melhores nos últimos anos, as estatais federais devem ser vendidas, defende o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia, Fernando Ribeiro Soares. Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, ele disse que, entre as ações que explicam o avanço do lucro das empresas, está a política de desinvestimentos, que tem como foco os maiores conglomerados – Petrobrás, Eletrobrás, Caixa, BNDES e Banco do Brasil. Enquanto as privatizações são uma opção do governo que precisa do aval do Congresso em alguns casos, os desinvestimentos dependem apenas da decisão

das empresas. Por isso, eles têm sido a principal aposta para reduzir a presença do Estado no setor privado.

Os desinvestimentos foram permitidos por um decreto que regulamentou a Lei das Estatais (13.303/2016), validado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em junho. A lei também criou regras de governança a serem implantadas pelas empresas até 2018. Nesse período, o governo acompanhou essa adaptação por meio de um indicador de governança (IG-Sest). O quarto ciclo de avaliação, divulgado ontem, contou com 61 empresas, e a nota média, de zero a 10, foi de 8,48 – alta de 16% em relação ao terceiro ciclo. Catorze estatais tiraram nota máxima, entre elas Petrobrás, BB, BNDES, Caixa e Eletrobrás. Apesar da melhora dos indicadores, Soares diz que privatizações e desinvestimentos devem ser mantidos.

“Alguns anos atrás, houve uma diversificação muito grande das estatais. Inexoravelmente, isso leva a uma redução da eficiência e produtividade. É muito simples: do ponto de vista econômico, não tem como você ser bom em tudo.” “Temos de concentrar nossas atividades nos ramos em que somos eficientes, porque assim aumentamos ainda mais a produtividade e a lucratividade”, acrescentou. Para Soares, mesmo que a intenção do governo é privatizar ou desinvestir, há motivo para melhorar a governança das estatais. “É muito mais fácil privatizar empresa que esteja melhor estruturada do ponto de vista econômico-financeiro e de governança.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/08/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO Cristian Favaro / SÃO PAULO

Título: BR avalia criar empresa para entrar em etanol

Combustível. Concluída a privatização, distribuidora passará a atuar em dez frentes para buscar rentabilidade próxima à de Raízen e Ipiranga; entre as iniciativas está a formação de uma companhia que comprará e venderá álcool, inclusive para redes concorrentes

Concluída a privatização, a BR Distribuidora pretende atuar em dez frentes para tentar alcançar rentabilidade compatível à obtida por concorrentes do setor privado. As medidas para modernizar a distribuidora foram definidas por um grupo de trabalho que inclui diretores e gerentes. Entre as iniciativas, está a entrada no negócio de comercialização de combustíveis, comprando de diferentes fornecedores, inclusive no exterior, e vendendo até mesmo para concorrentes. Nessa linha, a BR avalia criar uma empresa para atuar no segmento de etanol. Em outra frente, a distribuidora quer expandir a

capacidade de produção de sua fábrica lubrificantes em 15 milhões de litros por mês. A produção atual de 27 milhões de litros mensais deve chegar a 42 milhões de litros em 2022.

A empresa pretende ainda formar um sistema próprio de pagamentos, que fidelize ainda mais seus clientes. Segundo Rafael Grisolia, presidente da BR Distribuidora, as dez medidas de modernização já estão em andamento, mas o resultado de algumas, devem ser percebidos mais rapidamente no balanço da companhia do que outros. “Gestão de custos e aquisição de produtos são iniciativas que, naturalmente, devem retornar resultados de maneira mais rápida”, afirmou Grisolia ao Estadão/Broadcast, por email. No geral, as iniciativas perseguem cortes de custo, ganhos de eficiência, entrada em novos negócios e saída de outros. Faz parte do programa, por exemplo, mudar o sistema de precificação. A BR vai começar a adotar um modelo segmentado por microrregião, no qual há uma diferenciação de preço por cliente, dependendo do local no qual está e também o volume de produtos que consome. A BR também aposta nas lojas de conveniência para ampliar os negócios.

“A conveniência é um dos pilares de crescimento”, afirmou Grisolia. “No momento, estudamos alternativas de modelo de negócio que permitam a captura de valor em toda a cadeia de conveniência.” Líder só no tamanho. Todo esforço do grupo de trabalho é para acabar com a lacuna que separa a BR de grandes distribuidoras do setor privado com as quais compete. A BR é dona da maior fatia do mercado de derivados de petróleo no Brasil, mas está longe de apresentar a melhor rentabilidade. Na sua frente estão a Raízen, sociedade da Shell com a Cosan, e a Ipiranga, do Grupo Ultra. Nos últimos anos, a rede de revenda da BR perdeu espaço para os postos de bandeira branca, segundo analistas de mercado. A avaliação é que a empresa vem sendo afetada pela crise econômica, que faz os consumidores darem prioridade a preços no lugar da marca.

Assim, um número maior de pequenas distribuidoras tem conseguido oferecer combustíveis importados a um valor menor e, pouco a pouco, vão ganhando fatias do mercado, principalmente em cima da participação da BR. Em janeiro de 2011, a BR tinha cerca de 40% de participação no mercado interno de óleo diesel, contra 21% das empresas de bandeira branca, de acordo com estatísticas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Plural, que representa as grandes distribuidoras. Em maio deste ano, a fatia da BR estava em cerca de 30%, ante 28,8% dos concorrentes sem marca.

“Mesmo controlada pela Petrobrás, a empresa já tinha o objetivo de aumentar rentabilidade”, diz Luciano Losekann, professor da Faculdade de Economia da UFF e pesquisador do Grupo de Economia da Energia (GEE) da UFRJ. “Sem o controle estatal, vai ter mais flexibilidade para buscar reduzir custos. Assim,

suas metas podem se aproximar da Raízen.” A empresa alertou esta semana, num formulário de referência a investidores, porém, que o Tribunal de Contas da União e outros órgãos de controle e cortes judiciais podem considerar que a Petrobrás ainda é a sua controladora ou que ainda exerce posição dominante nos processos decisórios.

Em resposta, pode exigir que a BR se sujeite à Lei das Estatais. Para o analista de Energia e Petróleo e Gás da XP investimentos, Gabriel Francisco, a empresa tem uma corrida para conseguir melhorar o seu custo operacional, hoje na casa dos R\$ 80/m³ contra R\$ 60/m³ dos seus principais pares. “A melhora que tem de vir na empresa é operacional”, afirma. Sobre tudo no que diz respeito à otimização logística e de transporte e gestão de despesas”, disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/08/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / RIO

Título: Petrobrás vai priorizar investimentos na Região Sudeste

Atividade de exploração e produção, à qual estatal se dedica, vai se concentrar em Rio, São Paulo e Espírito Santo

Até 2022, numa empresa do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, segundo o presidente da companhia, Roberto Castello Branco. A uma plateia de empresários cariocas, na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), ele disse que as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e também o refino vão se concentrar nesses três Estados. Ele destacou o investimento planejado para o Rio de Janeiro, de US\$ 54 bilhões nos próximos cinco anos. Parte desse dinheiro, US\$ 20 bilhões vão ser gastos na Bacia de Campo, no norte fluminense, principalmente, para revitalizar campos produtores que entraram na fase de esgotamento e dependem de investimento para ganhar sobrevivência. Além disso, a Petrobrás reservou US\$ 4 bilhões para trazer gás do pré-sal da Bacia de Santos até a costa, transportá-lo até o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e tratá-lo numa unidade de processamento de gás (UPGN) que está sendo construída.

Para Castello Branco, “o Comperj é um desastre”. Ainda assim, a estatal estuda fazer uma parceria com a chinesa CNPC para dar continuidade à construção do complexo petroquímico. Uma das alternativas avaliadas, disse ele, é instalar no terreno uma usina térmica a gás natural. Hoje, 4,5 mil pessoas trabalham na construção da UPGN, das quais 90% foram recrutadas na cidade de Itaboraí, onde começou a ser instalado o Comperj. Com a suspensão da refinaria que funcionaria no local, a economia da cidade entrou em crise. Agora, na fase de

montagem da unidade de processamento de gás, as contratações foram retomadas. Para o ano que vem, a expectativa é que 7,5 mil pessoas estejam trabalhando na construção.

“Temos muito foco no Estado do Rio de Janeiro, que vai se beneficiar se utilizar bem os recursos gerados pelo petróleo”, disse Castello Branco. Mais uma vez, Castello Branco afirmou que a prioridade da estatal é o pré-sal, além da continuidade do processo de redução dos custos. “Estamos nos preparando para viver bem com o petróleo a US\$ 50 e até menos”, disse. “Porque sabemos que não só estamos numa indústria cíclica, como também pelo fato de o petróleo tender, ao longo do tempo, a se desvalorizar.” Ele diz que, diante das inovações tecnológicas e da preocupação da sociedade com o meio ambiente, o consumo de petróleo e combustíveis fósseis vai cair.

“A demanda vai crescer lentamente até estagnar e reduzir. Isso explica a nossa ânsia em investir no pré-sal e, ao mesmo tempo, a busca por custos baixos”, disse. Meio ambiente. Castello Branco assinou ontem um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) pelos prejuízos causados pelo Comperj em Itaboraí e cidades vizinhas. A empresa é ré em um processo movido pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, junto ao governo do Estado e o Inea. No primeiro TAC de cinco que deverão ser assinados, os réus terão de pagar R\$ 815 milhões em melhorias na região, principalmente saneamento. Parte dos recursos serão destinados a esgotamento sanitário (R\$ 60 milhões para Itaboraí e R\$ 10 milhões para São Gonçalo); apoio financeiro para o Plano Municipal de Mobilidade Urbana; e apoio Financeiro para o Plano Municipal de Habitação. / COLABOROU F.N

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/08/2019

Seção: Internacional

Autor: Ricardo Galhardo

Título: CPI paraguaia mira possível privilégio a empresa brasileira sobre Itaipu

Interesses. Segundo o senador opositor paraguaio Eusebio Ramón Ayala, parlamentares investigarão indícios de que a Léros, ligada a empresário filiado ao PSL, recebeu tratamento preferencial sobre outros interessados na venda da energia excedente de usina

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelo Congresso do Paraguai para apurar a atuação do presidente Mario Abdo Benítez e do vice-presidente Hugo Velázquez no acordo para renegociação da venda de energia de Itaipu vai investigar supostos privilégios à empresa brasileira Léros, ligada ao empresário Alexandre Giordano, suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP). Segundo o senador Eusebio Ramón Ayala, do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA),

nomeado para compor a comissão, existem indícios de que a Léros recebeu tratamento preferencial em relação às demais empresas que demonstraram interesse à Administração Nacional de Eletricidade (Ande, a Eletrobrás paraguaia) em intermediar a venda da energia excedente para o país vizinho.

“Vamos investigar a ata (que sacramentou o acordo), todo o trabalho prévio, consequências e conexões com a Léros”, disse Ayala, integrante da oposição, ao Estado. Há suspeita de que a empresa buscasse monopólio na revenda no mercado brasileiro de uma cota de 300 MegaWatts de potência de Itaipu. A CPI composta de dez parlamentares deve ser oficialmente instalada na próxima semana depois que o Partido Colorado, governista, indicar seus nomes. Segundo pessoas que acompanham a investigação aberta pelo Ministério Público do Paraguai, a Léros é a única das empresas que demonstraram interesse pelo negócio a ser citada nas mensagens enviadas pelo advogado José “Joselo” Rodríguez, que se apresentava como assessor jurídico do vice-presidente (Velázquez), ao ex-presidente da Ande, Pedro Ferreira, que renunciou por discordar dos termos do acordo, considerado no Paraguai como lesivo ao país.

Em uma das mensagens, Joselo menciona o modelo de contrato para compra de energia entre a Ande e a Léros. “Eles entraram em contato comigo hoje e estão interessados em continuar a operação”, diz Rodríguez. Em outra mensagem, o advogado diz falar em nome do presidente e do vice e pede que seja excluído o item 6 da ata bilateral para não prejudicar a Léros. O item 6, pivô de toda a crise que envolve o país vizinho, previa que a Ande fosse autorizada a negociar a energia excedente de Itaipu, extinguindo a necessidade de intermediários. Isso fecharia as portas a empresas como a Léros. O item 6 foi excluído da ata. “Eles não estão de acordo com tornar pública a intenção do Paraguai de comercializar energia no Brasil em consequência de conversas com o mais alto comando do país vizinho, que julgaram que isso não era favorável, com o objetivo de conservar o manuseio prudente da informação e a operação em curso (da Léros) tenha êxito”, escreveu o advogado.

De acordo com fontes próximas aos procuradores responsáveis pela investigação, nenhuma outra empresa foi citada nas conversas às quais o MP paraguaio teve acesso até agora. Além disso, o senador Ayala diz que a Léros foi favorecida em uma reunião em Ciudad del Este da qual participaram Joselo, Giordano, diretores da Ande e representantes da empresa brasileira. Em entrevista ao jornal ABC Color, Joselo disse que Giordano se apresentou como senador e falou em nome da família presidencial brasileira. O suplente de senador e a família Bolsonaro negaram. A reportagem tentou contato por telefone com Kléber Ferreira, sócio da Léros, e com Giordano, mas ambos não atenderam as ligações. Tanto Ferreira quanto Giordano afirmaram, na semana passada, que participaram de uma reunião com a diretoria da Ande neste ano,

mas para tratar de um chamamento público para venda de energia aberto pela estatal paraguaia.

Os dois negaram haver qualquer relação do encontro com as alterações feitas na ata bilateral de Itaipu e também disseram que não usaram o nome Bolsonaro nas negociações. O objetivo da CPI paraguaia é descobrir se o presidente e o vice lesaram os interesses paraguaios ao aceitar o acordo considerado prejudicial ao país vizinho. As negociações ocorreram em sigilo até que o ex-presidente da Ande, Pedro Ferreira, e o ex-diretor técnico, Fabián Cáceres, renunciaram aos cargos por discordar dos termos da ata. Manifestantes montarão hoje uma vigília na frente do Congresso Nacional para cobrar a apuração rigorosa do episódio. / COLABOROU FÁBIO LEITE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/08/2019

Seção: Internacional

Autor: ANNE WARTH

Título: Brasil nega que ata sobre usina tivesse irregularidades

Duas semanas depois do início da crise que quase derrubou o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, o governo brasileiro pronunciou-se oficialmente a respeito da ata que estabelecia a contratação da potência da usina de Itaipu. Nota oficial do **Ministério de Minas e Energia** e do Ministério de Relações Exteriores afirma que a ata buscava corrigir uma “defasagem histórica” na contratação da potência de Itaipu pela estatal paraguaia Ande, “de modo que cada parte pague pela energia que efetivamente consome”, conforme termos do Tratado de Itaipu.

Segundo o governo brasileiro, “diferentemente do que tem sido divulgado”, o processo de negociação da ata – assinada em 24 de maio e anulada unilateralmente pelo país vizinho em 1º de agosto – “não foi secreto”. A nota sustenta que representantes dos ministérios de Relações Exteriores de ambos os países, Eletrobras, Ande e Itaipu participaram de “todas as reuniões”. O tom do comunicado é de resposta às notícias publicadas na imprensa paraguaia a partir do vazamento de mensagens trocadas entre o ex-presidente da Ande Pedro Ferreira e o presidente Benítez.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/08/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Eletrobras põe à venda 39 participações societárias

A Eletrobras recolocou à venda no mercado a sua participação em 39 SPEs (Sociedades de Propósito Específico).

As inscrições para os interessados estão abertas até segunda-feira (12) e o objetivo é concluir a alienação das participações societárias remanescentes do leilão de setembro do ano passado, quando foram colocadas à venda 71 participações societárias que a Eletrobras detinha.

Segundo a Eletrobras, o conselho de administração autorizou o procedimento para a alienação das participações societárias, agrupadas em seis lotes. Desses, cinco são compostos por 38 SPEs que atuam na geração de energia eólica, enquanto um é referente a transmissão de energia.

Os ativos ligados à geração de energia eólica significam 6,6% da capacidade em operação no país, de acordo com a estatal, têm capacidade instalada de 986 MW e estão nas regiões Sul e Nordeste.

O dataroom aos interessados está aberto até 30 de setembro aos proponentes qualificados. A data para a entrega das propostas firmes é 4 de outubro.

Marcelo Toledo

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/08/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras vende campos no RN por US\$ 191,1 milhões

A Petrobras anunciou nesta sexta-feira (9) a venda de um conjunto de campos de produção, terrestres e marítimos, na Bacia Potiguar, localizados no estado do Rio Grande do Norte.

O valor da operação foi de US\$ 191,1 milhões (R\$ 752 milhões), em venda realizada com a SPE 3R Petroleum S.A., subsidiária integral da 3R Petroleum e Participações S.A.

A produção total atual de óleo e gás desses campos é de cerca de 5,8 mil barris de óleo por dia. O Polo Macau, como é chamado o local, engloba os campos de Aratum, Macau, Serra, Salina Cristal, Lagoa Aroeira, Porto Carão e Sanhaçu.

A Petrobras detém 100% de participação em todas as concessões, com exceção de Sanhaçu, em que tem 50% — os 50% restantes são da Petrogal.

Para fechar a transação, a Petrobras anunciou que aguarda a aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A operação é mais um capítulo dos desinvestimentos da Petrobras. A gestão Jair Bolsonaro (PSL), com Paulo Guedes à frente do Ministério da Economia, vem acelerando esse processo de venda de ativos

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/08/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Presidente paraguaio é convocado a depor sobre acordo de Itaipu

Buenos Aires- O presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, anunciou em sua conta nas redes sociais que está disposto a colaborar com o Ministério Público na investigação do acordo realizado com o Brasil sobre Itaipu, que acabou cancelado pela crise política que quase gerou um processo de impeachment contra ele.

Tanto Abdo Benítez quanto Hugo Velázquez foram convocados a depor à Procuradoria do país. O processo se trata de uma causa penal aberta para determinar se houve irregularidades na assinatura da ata bilateral sobre o uso de energia de Itaipu por Paraguai e Brasil.

O jornal paraguaio ABC Color afirmou que o acordo cancelado foi fechado em sigilo — poucas pessoas no governo sabiam —, e sob pressão em relação às datas e aos itens a serem negociados por parte do Brasil.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/08/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Governo quer 'desmamar' motorista da tabela de frete, afirma ministro

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, disse nesta sexta-feira (9) que o governo pretende "desmamar" os caminhoneiros da tabela de frete.

Após a greve da categoria que paralisou o país em 2018, o governo fez concessões e criou uma tabela para servir de parâmetro de preço. No entanto, ela tem sido criticada por setores da economia que contratam transportes.

A polêmica cresceu no mês passado, após a publicação de uma resolução da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), atualizando os preços do frete rodoviário.

Insatisfeitos com a nova tabela, os caminhoneiros chegaram ensaiar uma nova paralisação, fazendo o governo recuar.

A interlocutores Freitas tem dito que considera a tabela uma aberração e que aposta na livre negociação.

“Nós já estamos desmamando [os caminhoneiros]”, disse ele a jornalistas entre eventos militares no Rio. O ministro não deu detalhes sobre o plano, mas afirmou querer acordos por setor para que a tabela desapareça com o tempo.

O governo federal baixou nesta semana um decreto que regulamenta a devolução amigável de concessões. O objetivo é diminuir a complexidade atual entre a devolução das concessões e uma relicitação, que pode durar até dois anos.

Freitas explicou que multas aplicadas ao concessionário por descumprimento de contrato não serão anistiadas, mas também não serão mais aplicadas quando o consórcio aderir ao pedido de devolução amigável.

Em troca, na relicitação a operação dos ativos será garantida pela concessionária.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/08/2019

Seção: O País

Autor: JUSSARA SOARES

Título: Governo planeja trabalho indígena em áreas de garimpo

Projeto encomendado por Bolsonaro sobre exploração em reservas é amplo e prevê outras atividades, como plantio de transgênicos

O presidente Jair Bolsonaro determinou à sua equipe que encontre caminhos para regulamentar atividades trabalhistas para indígenas em áreas de garimpo. Um grupo de trabalho está sendo formado para discutir o assunto e definir qual o instrumento legal será necessário para viabilizar a proposta. O pedido do chefe do Executivo é um projeto amplo sobre a atuação de indígenas na produção agrícola, extrativismo e exploração de turismo.

Devem participar dos estudos preliminares os **ministérios de Minas e Energia**, Agricultura, Turismo, além de Secretaria Especial de Regularização Fundiária e

Subchefia de Assuntos Jurídicos. A Fundação Nacional do Índio (Funai) também integrará os debates.

Em entrevista exclusiva ao GLOBO na semana passada, Bolsonaro havia adiantado que gostaria de criar “pequenas Serras Peladas” pelo Brasil, que poderiam ser exploradas tanto por grupos estrangeiros como por povos indígenas.

— Mas a fiscalização seria pesada. E índio também poderia explorar — prometeu Bolsonaro, na entrevista.

A iniciativa do presidente foi confirmada pelo **ministro de Minas e energia, Bento Albuquerque**, e pelo Secretário Especial de Assuntos Fundiários, Luiz Antonio Nabhan Garcia, além da Secretaria-Geral da Presidência, do ministro Jorge de Oliveira. Nabhan Garcia disse que o objetivo do presidente é tornar o indígena um “cidadão em todos os sentidos”.

— Governo e Congresso estão imbuídos em criar uma legislação que dê todo o direito do índio de ser também um produtor. Não é deixar o índio na ociosidade que, às vezes, ele é levado por conta de falhas de legislação — disse o secretário. — O índio é um cidadão, pode trabalhar e produzir, sim.

Um dos principais argumentos do governo é que autorização de trabalho de indígenas deve ser essencial para coibir atividades clandestinas como a do garimpo e extração de madeira. Segundo Nabhan, a proposta é que os indígenas atuem dentro das características de suas terras, respeitando a biodiversidade local. Outra mudança que está sendo discutida é a liberação para que transgênicos possam ser plantados em terras demarcadas.

—Essa iniciativa é para fazer com que o índio faça seu manejo sustentável, o que não pode é ter uma extração ilegal de madeira que faz danos ambientais. Para que o índio faça seu garimpo dentro da legalidade, a exploração de ouro e diamante, sem o tráfico ilegal de pedras preciosas. É transformar o índio em todos os setores, incluindo e o preparando para fazer o turismo sustentável, dentro da lei. Tudo de acordo com as regiões — disse o secretário.

O ministro de Minas e Energia confirmou que atua em um novo estudo sobre o trabalho indígena. A proposta é diferente do projeto de lei que prevê a regulamentação da mineração em terras indígenas. Neste último, de acordo com o ministério, o projeto prevê que os povos indígenas terão poder para vetar exploração em suas terras e receberão royalties sobre o que for extraído.

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Em outra frente, Bolsonaro também pediu empenho à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para acelerar projetos que tratam do tema e já tramitam na Câmara de Deputados. O presidente da frente, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), é o relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 187, de 2016, que prevê que as comunidades indígenas pratiquem atividades agropecuárias e florestais em suas terras, bem como comercializar o que for produzido nelas.

— O índio tem que ter direito integral à cidadania. Ele vai ter direito de praticar sua cultura, sua religião e seus hábitos e costumes, com relação às suas terras, mas pode se comportar rigorosamente como qualquer outro produtor, por exemplo, com acesso a financiamento para produzir —argumentou.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/08/2019

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro e Gabriel Martin

Título: Com guerra comercial, dólar sobe 0,33%, a R\$ 3,939

Bolsa brasileira tem queda de 0,11%. Papéis da Petrobras recuam até 0,83%, apesar da valorização de 2% do petróleo

A incerteza com as consequências do acirramento da guerra comercial fez o dólar comercial fechar ontem com alta de 0,33%, a R\$ 3,9399. Na véspera, havia caído mais de 1%. O Ibovespa teve leve queda de 0,11%, aos 103.996 pontos.

O cenário global continua turbulento por causa da disputa entre China e Estados Unidos. Após Pequim proibir que as estatais chinesas comprassem produtos agrícolas americanos, Washington travou a liberação de licenças de fornecedores locais à Huawei.

— Os impactos de um agravamento desse conflito econômico são imprevisíveis e certamente não ficarão restritos às duas superpotências. O clima ainda é de tensão e volatilidade — disse Rafael Bevilacqua, estrategista-chefe da Levante Investimentos.

Internamente, as atenções se voltam à tramitação da reforma da Previdência, agora no Senado, onde o relator será Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Na Bolsa, os papéis preferenciais (PN, sem direito a voto) da Petrobras caíram 0,27%, e os ordinários (ON, com voto) recuaram 0,83%. Isso apesar da alta de 2% do petróleo tipo Brent, aUS\$ 58,53.

Já as ações da B2W, dona de Submarino e Shoptime, saltaram 17,7%, após o balanço mostrar aumento das vendas no segundo trimestre.

VEÍCULO: O Globo**Data: 10/08/2019****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura, Daniel Gullino e Gustavo Maia****Título: Meta é arrecadar R\$ 490 bi com venda de estatais**

Bolsonaro pede a secretário especial de Desestatização a privatização de ao menos uma empresa pequeninha por semana

O governo avalia que há um potencial de arrecadar R\$ 490 bilhões com a privatização de estatais federais até o fim de 2022. O número fará parte da apresentação do ministro da Economia, Paulo Guedes, com um conjunto de medidas para garantir o equilíbrio econômico e fiscal. O dinheiro pode ser usado para reduzir a dívida pública. Para este ano, a meta é vender R\$ 76 bilhões em ativos.

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro disse que pediu ao secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia, Salim Mattar, que privatize ao menos uma empresa estatal pequeninha por semana:

— Está com o Salim Mattar essa proposta. Não é fácil privatizar também. O que eu falei com o Salim Mattar: "Salim, pelo menos uma zinha por semana você tem que resolver, tá certo? Uma zinha. Uma estatal pequeninha. Começa por aí. As maiores, você vai ter problema. Grande parte passa pelo Parlamento!"

O presidente criticou a gestão das estatais em governos passados, dizendo que eram "focos de corrupção". Ele citou especificamente a Petrobras, fazendo referência ao trabalho do ministro Sergio Moro (Justiça), que estava ao seu lado, como juiz da Operação Lava-Jato e lembrou que um de seus antigos partidos, o PP, tinha indicados na diretoria da empresa. Bolsonaro ainda citou os Correios e o seu fundo de pensão, o Postalís.

O cardápio de estatais a serem efetivamente privatizadas, porém, não deve fazer parte da apresentação de Guedes. Há um entendimento de não ser possível, por lei, divulgar uma lista de privatizações. O governo já tem certo, no entanto, que vai privatizar a Eletrobras e também deve tocar a desestatização dos Correios.

A estimativa é que será possível arrecadar, ainda, R\$ 115 bilhões com concessões e mais R\$ 30 bilhões com venda de imóveis durante o governo Bolsonaro.

O governo também já tem como certo o que não vai privatizar nem extinguir. São pelo menos 12 empresas, incluindo Petrobras, Banco do Brasil, Caixa

Econômica Federal e BNDES. Nessa lista estão ainda Embrapa, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), companhias de serviços hospitalares e estatais militares. A Valecea Empresa de Planejamento e Logística (EPL) também devem ser poupadas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/08/2019

Seção: O Mundo

Autor:

Título: Paraguai aceitou demandas do Brasil em Itaipu

Duas semanas após a crise estourar, governo brasileiro solta primeira nota sobre negociações e diz que acordo não foi secreto

Documentos obtidos pelo jornal paraguaio ABC Color e publicados ontem detalham as negociações para a ata assinada entre Brasil e Paraguai no dia 24 de maio, pela qual o país vizinho concordou em pagar mais pela energia que consome da hidrelétrica binacional de Itaipu. A divulgação dos termos da ata, em 24 de julho, levou o presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, a sofrer ameaça de impeachment. Para evitar esse desfecho, Abdo Benítez cancelou o documento em 1º de agosto.

Os documentos indicam que a negociação do lado paraguaio foi comandada por diplomatas e deixou à margem a diretoria da Ande, a estatal paraguaia de energia. Eles mostram que as reuniões começaram em março a pedido do Itamaraty e que Assunção aceitou cinco das seis demandas do Brasil, que também determinou as datas dos encontros, os itens a serem discutidos e redigiu a proposta da ata.

Pela ata, o governo paraguaio passaria a declarar gradualmente uma contratação maior da energia dita "garantida" de Itaipu, mais cara, deixando de contar com a chamada "energia excedente", mais barata. De acordo com técnicos paraguaios, os gastos do país aumentariam em ao menos US\$ 200 milhões anuais.

Na noite de ontem, os ministérios das Relações Exteriores e de **Minas e Energia** do Brasil e a Eletrobras soltaram uma nota conjunta em que, pela primeira vez, se posicionaram sobre as negociações. O comunicado afirma que, ao contrário da opinião que se popularizou no Paraguai, o acordo "não foi secreto"

O pacto, diz a nota, "foi fruto de consenso entre os representantes dos dois países" e "buscava corrigir uma defasagem histórica na contratação da energia de Itaipu por parte da Ande". "Considerando que a contratação pela Ande não tem acompanhado o alto crescimento de sua demanda de energia, a ata bilateral buscou reequilibrar esta relação, de modo que cada parte pague pela energia que efetivamente consome", acrescenta o texto.

A nota também alude às denúncias veiculadas pela imprensa paraguaia de que o governo local manobrava para favorecer uma empresa brasileira, a Léros, na venda de energia de Itaipu que o país não consome, em negociações com a participação do empresário Alexandre Giordano, suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP).

Segundo o texto, "o Tratado de Itaipu somente permite a venda da energia produzida pela usina para a Eletrobras e para a Ande. Portanto, não tem qualquer fundamento a especulação sobre a possibilidade de comercialização da energia da usina binacional por parte de alguma empresa que não seja a Eletrobras e a Ande".

O ex-presidente da Ande Pedro Ferreira, no entanto, disse que o Paraguai reivindicava que a ata de maio incluísse um ponto pelo qual o país passaria a poder vender energia diretamente no mercado livre brasileiro. O vice-presidente paraguaio, Hugo Velázquez, disse no Congresso que houve um chamamento a empresas brasileiras interessadas.

O Ministério Público paraguaio informou que o presidente Abdo Benítez e seu vice serão convocados a depor sobre o caso. O mandatário respondeu no Twitter que está "à disposição da Procuradoria para colaborar com a investigação e a busca da verdade".

MME / ASCOM .